

DÍVIDA PÚBLICA: AJURIS COMPARA DIRETRIZES DA PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA A UMA VERDADEIRA INTERVENÇÃO FEDERAL.

JORNAL DA AJURIS

ANO 20 NÚMERO 285 - JANEIRO A MAIO DE 2017



MAGISTRATURA CERRA FILEIRAS CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Em histórico ato público centenas de pessoas se uniram em Porto Alegre e no Interior contra os desmontes da previdência e dos direitos trabalhistas.



PARTICIPE!

XII CONGRESSO ESTADUAL DE MAGISTRADOS

JORNAL DA AJURIS

EXPEDIENTE

ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL

Presidente:
Gilberto Schäfer

Vice-presidente Administrativa:
Vera Lúcia Deboni

Vice-Presidente de Patrimônio e Finanças:
Flávio Mendes Rabello

Vice-Presidente Cultural:
Rute dos Santos Rossato

Vice-Presidente Social:
Max Akira Senda de Brito

JORNAL DA AJURIS

Diretora de Comunicação:
Elisabete Maria Kirschke

Subdiretora:
Lizandra dos Passos

Jornalista-chefe:
Grasiela Duarte

Equipe de jornalismo:
Joice Proença, Vinícios Sparremberger
e Paola Oliveira (estagiária)

Colaboração:
Carlos Souza

Projeto gráfico e diagramação:
Esparta Design

Impressão:
Impresso Prático – Gráfica e Bureau
Foto de capa: Joice Proença

Tiragem:
2.000 exemplares

Endereço:
Rua Celeste Gobbato, nº 81
Praia de Belas – Porto Alegre/RS
CEP 90110-160
Telefone: (51) 3284-9100
Fax: (51) 3284-9132
E-mail: imprensa@ajuris.org.br
Site: www.ajuris.org.br

Contra o desmonte da Previdência

A defesa da previdência social e pública é pauta histórica na atuação da AJURIS. Mas desde 2016, com a apresentação da PEC 287, que pretende criar um sistema previdenciário injusto, nos debruçamos sobre o texto e estamos nos mobilizando para barrar esse retrocesso.

Contamos com o trabalho de colegas que integram o Departamento de Assuntos Previdenciários, que estudaram o texto inicial e o relatório da Comissão Especial, que auxiliam na formulação das linhas de enfrentamento ao tema. E, fundamentalmente, temos a participação da classe e a parceria com entidades da União Gaúcha e da Frentas-RS.

Estamos atuando em diferentes frentes. Levamos nosso posicionamento contrário à PEC aos parlamentares. Apoiamos a realização da CPI da Previdência pelo Senado. Realizamos atos públicos e eventos de esclarecimento para os associados e para a sociedade. Mantemos o trabalho para barrar a tramitação em razão das denúncias de corrupção. O cenário é de uma política nacional sem credibilidade para dar continuidade a temas que, da forma como foram postos, resultarão em supressão de direitos fundamentais dos trabalhadores e servidores.

Outra questão que tem exigido a participação e o acompanhamento da AJURIS é a renegociação da dívida dos estados com a União. Recentemente sancionada a lei complementar nº 159 do Plano de Recuperação Financeira deve agora ter a adesão dos Estados. Não queremos que o RS faça isso, porque consideramos que o plano gera uma intervenção indevida da União nos estados e amplia o endividamento do RS.

O PLS 280 que trata do abuso de autoridade também teve os pontos críticos retirados do substitutivo aprovado pelo Senado. Foram suprimidos os pontos que tinham como característica criminalizar a atuação dos magistrados, o chamado crime de hermenêutica e a legitimidade para propor ação contra a autoridade. Mesmo assim, continuamos contrários a alteração que consideramos oportunista. Os riscos da manutenção desse resultado pela Câmara são tema do artigo redigido pela Vera Deboni, que pode ser lido na página ao lado.

Nesta edição apresentamos diversos temas relevantes, que demonstram a atuação da AJURIS em prol da Magistratura, mas também na defesa de uma sociedade livre, justa e solidária.

Gilberto Schäfer
Presidente da AJURIS



Artigo

Lei de Abuso de Autoridade: que a Câmara seja sensível e aperfeiçoe o texto

Engana-se quem pensa que a chamada Lei de Abuso de Autoridade, aprovada recentemente no Senado, é do agrado da magistratura gaúcha. Mesmo admitindo-se que foram retiradas duas tremendas barbaridades do substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR), a lei ainda representa uma ameaça ao trabalho independente dos juízes, como também dos promotores e demais autoridades do sistema judicial. Por isso, a luta dos magistrados em favor de um texto que não cerceie agentes públicos que investigam, processam e julgam crimes de corrupção deve prosseguir, agora na Câmara dos Deputados.

Como disse no Plenário o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que votou contra o substitutivo, a retirada de absurdos como o crime de hermenêutica e a possibilidade de o magistrado ser processado pelo réu apenas “despiorou” a matéria - votada, segundo ele, em um momento inoportuno em razão da Lava-Jato e da suspeição que recaí sobre muitos congressistas. Aliás, o senador também apontou que a Lei de Abuso de Autoridade não prevê penalização para parlamentares.

A independência é imprescindível para que o magistrado alcance à sociedade uma boa prestação jurisdicional. Não só a independência, como também o apuro técnico ao longo da instrução do processo até a decisão, que fica submetida a graus superiores e pode ser eventualmente reformada. O certo é que, sem independência e coagido por artifícios legais casuístas, o juiz fica prejudicado no seu mister de ser imparcial, isento e equilibrado em relação às partes.

Circula com força em algumas das mais importantes entidades de classe do mundo jurídico, entre as quais a AJURIS, a primeira associação do gênero no Brasil, o pensamento de que ainda é preciso remover dispositivos que remanesceram no texto e só causam insegurança no combate à corrupção, chaga que consome recursos do país. Entre esses entraves estão os que criminalizam a prisão preventiva e as prerrogativas dos advogados, sem falar na questão de tipos penais abertos.

A AJURIS, detentora de considerável patrimônio em defesa das prerrogativas judiciais - que, em última análise, não são do juiz, mas sim da cidadania, a quem se destina o trabalho do magistrado -, está, desde já, mobilizada para buscar o aperfeiçoamento da lei na Câmara dos Deputados. Para o bem do país.

Vera Deboni
Vice-presidente Administrativa



Abuso de autoridade



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

AJURIS manterá atuação para barrar PL de abuso de autoridade na Câmara

Aprovado no Senado por 54 votos favoráveis e 19 contrários o texto-base do substitutivo do senador Roberto Requião ao PLS 85/2017, que define os crimes de abuso de autoridade, foi remetido para tramitação na Câmara dos Deputados. A AJURIS manterá a interlocução com os deputados, a fim de barrar a aprovação do projeto.



O trabalho da Associação com os senadores viabilizou a retirada de dois pontos críticos que tinham como característica criminalizar a atuação dos magistrados, o chamado crime de hermenêutica e a legitimidade para propor ação contra a autoridade. A interlocução, em especial, realizada com os senadores RS, Ana Amélia Lemos (PP), Paulo Paim (PT) e Lasier Martins (PSD), resultou no voto contra deles ao PL.

O presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer, destaca que embora o substitutivo tenha suprimido os pontos mais graves, a alteração é considerada oportunista, pois tenta confundir a opinião pública diante de fatos divulgados e da expressão política dos envolvidos.

“Manteremos a atuação para sensibilizar os deputados quanto a necessidade de barrar este projeto, demonstrando os prejuízos ainda existentes e que atacam a independência do Judiciário”.

Dias antes da votação em Plenário, a AJURIS junto com a Ajufergs enviou documento conjunto aos senadores alertando quanto ao risco de aprovação do projeto. No documento assinado pelos presidentes das Associações, Gilberto Schäfer e Gerson Godinho da Costa, foi reiterado que o projeto, especialmente na parte em que trata da responsabilização de magistrados e integrantes do Ministério Público, representa forte investida em desfavor da independência do Poder Judiciário, e cuja aprovação resultará em inequívoco prejuízo ao es-

tado democrático de direito. Os pontos críticos foram destacados.

Reiteram, os magistrados, que não há contrariedade em relação a medidas que tenham por objetivo reprimir a prática de excessos ou abusos por agentes públicos. “Não compartilhamos da noção de impunidade. Contudo, não concordamos com soluções que visem restringir a atuação jurisdicional”, encerra o documento.

Em 2016, quando teve início a tramitação do PLS 280 que tratava do tema, depois substituído pelo PLS 85, o assessor da Presidência da AJURIS Orlando Facchini Neto elaborou nota técnica que foi disponibilizada à AMB, em que apontava os problemas da matéria proposta.

Especialista apresenta experiência canadense em Justiça Restaurativa



Autoridades e atores sociais lotaram auditório para acompanhar palestra.

Refletir sobre os crimes violentos e o impacto na vida das vítimas, buscar caminhos para a reinclusão dos agressores e o restabelecimento do diálogo social, este foi o mote da palestra do canadense Aaron Lyons, que na noite de terça-feira (21/3) falou por mais de duas horas para um auditório lotado de autoridades e atores sociais que trabalham no sistema de justiça.

Organizado pela AJURIS e com a parceria dos Poderes, órgãos e entidades que integram o termo de cooperação que instituiu, em outubro de 2016, a Justiça Restaurativa como política pú-

blica de Estado, o evento é a primeira atividade das Jornadas de Justiça Restaurativa.

A abertura do evento ficou a cargo do coordenador do programa Justiça Restaurativa para o século 21 do TJ/RS, Leoberto Narciso Brancher, que saudou o início das atividades com o objetivo de implementar o termo de cooperação: “Este pode ser um grande diapasão de esperança para a construção de um futuro melhor”.

A vice-presidente Administrativa da AJURIS, Vera Lúcia Deboni, destacou o pioneirismo da Associação nos estudos

da Justiça Restaurativa, nas práticas e capacitações na área. Fazendo citação do escritor Eduardo Galeano sobre a utopia afirmou: “É ela que nos move e é isso que queremos com essa parceria com o Governo do Estado, a Casa do Povo e todos os parceiros do Sistema de Justiça, porque para nós essa utopia é fundamental”, citou.

Um dos articuladores da atividade, o cônsul da Área Política do Consulado Geral do Canadá em São Paulo, Colin Shonk, afirmou que a metodologia utilizada busca transformar os “confrontos ocorridos em algo positivo para que os envolvidos possam voltar a conviver



Aaron Lyons apresentou diretrizes do projeto no Canadá.

pacificamente em suas comunidades, e assim contribuir para a segurança e bem estar de toda sociedade”.

Atuando há mais de dez anos como facilitador e mediador de processos de restauração, Aaron Lyons fez um relato detalhado sobre a experiência canadense de Justiça Restaurativa aplicada aos crimes violentos e apontou três eixos como centrais na estruturação da metodologia: justiça para a vítima, justiça para os ofensores e o diálogo entre as duas partes.

Lyons alerta, no entanto, que no Canadá os resultados positivos só foram possíveis em razão da manutenção de investimentos financeiros na área mesmo durante os governos conservadores. “No Brasil tem poucos recursos para as vítimas de crimes”, aponta.

O evento contou com a participação do secretário da Segurança Pública, Cezar Schirmer; presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, deputado Ronaldo Santini (PTB); presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Cássio Trogildo; presidente em exercício do Tribunal Militar, Fábio Duarte Fernandes; diretor do Foro da Comarca de Lajeado, Luís Antônio de Abreu Johnson; coordenador do Núcleo de Infância e Juventude da Escola da AJURIS, Armando Konzen; a Procuradoria-Geral do Estado, Roberta Arabiane Siqueira; da Defensoria Pública, Patrícia Pithan Pagnussatt Fan; da OAB-RS Ricardo Pires Dorneles; e a Diretora de Justiça, Ana Severo, da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH).

“Este pode ser um grande diapasão de esperança para a construção de um futuro melhor”,

- Leoberto Narciso Brancher, Coordenador do programa Justiça Restaurativa para o século 21 do TJ/RS,

Destine seu Imposto de Renda para crianças e adolescentes do RS

A AJURIS está realizando campanha de arrecadação de donativos com incentivos fiscais, via Fundo Pró-Infância AJURIS, para incentivar a fundação do projeto Escola da Justiça 21 Para a Infância e a Juventude.

A partir de agora, é possível fazer doações relativas ao imposto de renda, referente ao ano base de 2017. Basta autorizar o desconto em folha em parcelas mensais. Recomendamos que a doação use como base o percentual de 6% do imposto devido no exercício anterior (2016).

Basta fazer a autorização de desconto em folha, pelo formulário

goo.gl/4Yup1y

Outras informações sobre o procedimento podem ser obtidas pelo telefone 51 3284.9133

Kay Pranis destaca uso de processos circulares na construção da paz



Palestra no MP tratou sobre prevenção da violência juvenil.

A pesquisadora e referência em Justiça Restaurativa norte-americana Kay Pranis ministrou palestra e workshops envolvendo a temática de Círculos de Construção de Paz e Justiça Restaurativa, em Porto Alegre.

A programação da especialista foi aberta com a realização da palestra “Práticas Circulares na Prevenção da Violência Juvenil”, que integrou a II Jornada de Justiça Restaurativa, sendo realizada no Auditório do Ministério Público, em Porto Alegre.

Kay Pranis destacou processos que envolvem todas as partes afetadas

em um incidente e o uso de práticas circulares para ajudar a desenvolver a inteligência emocional e construir relacionamentos saudáveis, trabalhando o sentido de pertencimento. “A sobrevivência nunca foi uma atividade individual, a necessidade de pertencer está fortemente enraizada em nós”, afirmou.

A pesquisadora destacou, ainda, a importância de as escolas trabalharem este sentido de pertencimento nos jovens, parte fundamental para a construção da paz. Os espaços dos círculos de paz são projetados para criar um ambiente positivo em sala de

aula e resolver problemas de comportamento, ajudando os jovens a irem na direção do que há de melhor neles mesmos, onde quer que estejam.

Kay Pranis é internacionalmente reconhecida por estudar, ensinar e praticar a Justiça Restaurativa, além de publicar livros e artigos sobre o assunto. A palestrante aborda a Justiça Restaurativa a partir de Processos Circulares, que têm como objetivo promover encontros e construir um espaço seguro de diálogo entre pessoas.

Participaram da mesa de abertura do evento o coordenador institucional da



Na Escola da AJURIS, Kay Pranis ministrou workshops.

Comissão Executiva e juiz de Direito Leoberto Brancher, Ana Severo, coordenadora administrativa da Comissão Executiva e diretora de Justiça da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, e o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais substituído, Cesar Faccioli.

A palestra com Kay Pranis foi promovida pelo projeto de Cooperação Interinstitucional para uma Política de Estado de Justiça Restaurativa e de Construção da Paz, protocolo firmado entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário gaúcho, em outubro de 2016, para criar práticas colaborativas entre os Poderes objetivando o enfrentamento à violência e à criminalidade em diversas áreas, e do Programa Oportunidades e Direitos da Secre-

taria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos do Estado. O evento contou com apoio da AJURIS, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, do Governo do Estado, do projeto Justiça Restaurativa para o Século 21, do Ministério e da Fundação do Ministério Público, e da Defensoria Pública do RS.

Workshop para facilitadores

Kay Pranis ministrou ainda os Workshops Supervisão/Aprofundamento para Facilitadores e Círculos em Movimentos nas Escolas. A intenção do trabalho da especialista é de criar espaços nos quais as pessoas possam

estar em conexão mais amorosa umas com as outras. A experiência de Kay como mãe e como ativista comunitária formam o alicerce de sua visão para a construção da paz e construção de comunidade.

Para realizar o Workshop Círculos em Movimentos nas Escolas Kay Pranis usa como base o manual “Círculos em Movimento: Construindo uma Comunidade Escola Restaurativa”, ainda inédito no Brasil.

Os eventos de abertura contaram com a participação do coordenador do curso, o juiz de Direito Leoberto Brancher, o diretor da Escola da AJURIS, Cláudio Luís Martinewski, e a vice-diretora da Escola, Rosana Broglio Garbin.

*Com informações do MPRS e da Escola da AJURIS

Plano do governo federal desrespeita funções do Estado

Cumprimento da Lei Kandir é saída indolor para endividamento.



Sancionado como lei complementar nº 159, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, o plano do Governo para ajudar financeiramente os Estados caracteriza uma intervenção conforme avaliação da AJURIS. Para a Associação, é necessário efetivar os ressarcimentos previstos na Lei Kandir, que, ao invés de penalizar o Estado com duras contrapartidas, ajuda-os a sair da crise de caixa sem gerar futuros comprometimentos financeiros.

Na visão do presidente da AJURIS e da União Gaúcha, Gilberto Schäfer, a adesão pelos Estados ao Plano deve ser bem avaliada. A proposta suspende o pagamento das dívidas estaduais com a União por três anos, prorrogáveis por mais três, desde que sejam adotadas

contrapartidas com medidas de ajuste fiscal, o que segundo o magistrado diante do atual cenário político instável e de muitas incertezas, é inviável que o Governo do RS apresente tal proposta de adesão na Assembleia.

Por outro lado, a Câmara instalou uma comissão especial que avaliará propostas de compensação das perdas tributárias sofridas pelos estados exportadores, caso do Rio Grande do Sul, em decorrência da desoneração de ICMS de produtos primários e semielaborados, determinada pela Lei Kandir, medida saudada pelo presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer. "As diretrizes do Plano de Recuperação Financeira são draconianas e não respeitam as funções do Estado, o que exige do Rio Grande do Sul a busca de uma renegociação mais

adequada", sustenta o dirigente.

No Estado, a Assembleia Legislativa lançou uma petição pública para colher assinaturas em defesa da regulamentação da Lei Kandir. O abaixo-assinado será encaminhado à comissão especial da Câmara dos Deputados que analisará propostas que modificam a lei. Sobre a Lei Kandir, Schäfer lembra Schäfer, que o Supremo Tribunal Federal (STF) já determinou que até novembro o Congresso aprove a regulamentação, caso contrário os cálculos dos créditos dos Estados serão feitos pelo Tribunal de Contas da União.

O Regime de Recuperação Fiscal proposto pelo Governo Federal, estabelece diversas contrapartidas que, na avaliação da AJURIS, representarão sérios

prejuízos para a Magistratura, servidores públicos e sociedade em geral. Entre os aspectos críticos apontados pela Associação está o aumento da dívida do Estado com a União que, segundo projeções, passaria dos atuais R\$ 50 bilhões para R\$ 84 bilhões. "O Estado não pode aceitar os termos do plano, que aumentará seu passivo em R\$ 30 bilhões", diz o presidente da AJURIS.

Em diferentes oportunidades desde o início da gestão a AJURIS manifestou apoio à transparência na concessão dos incentivos fiscais. Além do presidente, a vice-presidente Administrativa, Vera Deboni, o vice-presidente de Patrimônio e Finanças, Flávio Rabello, o presidente do Conselho Deliberativo, Sérgio Gischkow Pereira, foram alguns dos magistrados que trataram do tema.

Sobras de recursos

Na avaliação da AJURIS, a lei complementar 159 continua sendo prejudicial aos Estados, já que gera uma intervenção indevida da União, e amplia o endividamento do RS. A Associação, no entanto, saudou o resultado da mobilização feita junto aos deputados da

bancada gaúcha, que garantiu a aprovação do destaque supressivo (DSV 23), apresentado pelo PSD, que retirou do texto a exigência de os Poderes devolverem as sobras de recursos ao caixa único do Tesouro do Estado.

"A nossa luta é contra esse plano, em razão dos prejuízos que ele trará aos cofres do Estado, mas nos mobilizamos para garantir uma importante conquista, que reduz de forma significativa os danos que seriam causados à autonomia administrativa e financeira do Judiciário", apontou Gilberto Schäfer, citando que o Tribunal de Justiça cumpre com rigor as regras orçamentárias e financeiras. Em diversas oportunidades a Associação dialogou com os parlamentares sobre o tema e reforçou a posição com os deputados antes da votação dos destaques.

A caixa-preta das isenções fiscais

Na contramão da transparência, as isenções fiscais concedidas pelo governo do Estado permanecem guardadas em uma verdadeira caixa-preta. Mas

não sem o questionamento da AJURIS, que apoia iniciativa de instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Incentivos Fiscais na Assembleia Legislativa para investigar o assunto até hoje mantido sob sigilo.

O presidente da AJURIS e da União Gaúcha, Gilberto Schäfer, tem cobrado que em um cenário de grave crise é inadmissível que o Executivo renuncie a um valor que corresponde a cerca de 30% do orçamento do Estado, em torno de R\$ 9 bilhões, sem que haja nenhum controle do cumprimento das contrapartidas por parte das empresas beneficiadas.

"Desde o início, o governador Sartori adotou como plano de Governo a crise, e isso tem sido utilizado para fazer cortes que inviabilizam o Estado. Precisamos urgente é aumentar a receita, e acreditamos que a CPI pode ser um importante instrumento para isso", afirmou Schäfer em café da manhã realizado na sede do CPERS/Sindicato, dentro da mobilização pela instalação da CPI dos Incentivos Fiscais.

Proposta pelo deputado Luís Augusto Lara (PTB) a CPI na Assembleia Legislativa teve requerimento atualizado para abranger todas as isenções,



Entidades cobram transparência na concessão de benefícios.



Preocupação com futuro do Estado marcou ato em defesa da CPI.

desde 1998. “Este é um movimento propositivo, que atua pelo conhecimento dos termos dos contratos, pela análise das contrapartidas. Nós queremos, especialmente, saber se esse volume tão grande de recursos renunciados estão redundando em prol da sociedade”, pontuou Schäfer em ato realizado na Assembleia.

A transparência nos incentivos fiscais é uma das bandeiras da AJURIS desde 2010, durante a gestão de João Ricardo dos Santos Costa. A associação tem debatido o tema de forma mais incisiva desde 2016, quando da tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que propôs cortes que inviabilizaram as funções do Estado. Desde então, a Direção da AJURIS tem participado ativamente das ações que envolvem as renúncias fiscais feitas pelo Estado em favor de empresas.

Manifesto à sociedade

Em ato realizado em abril, na sede da AJURIS, 23 entidades reafirmaram a necessidade de se dar transparência à concessão de incentivos fiscais no Rio Grande do Sul. Ao assinarem o “Manifesto à Sociedade Gaúcha”, os dirigentes declararam apoio à instalação da CPI. As entidades se mobilizaram com o objetivo de garantir as 19 assinaturas necessárias.

O presidente da AJURIS e da União Gaúcha, Gilberto Schäfer, abriu o ato destacando que, em um momento de crise, como o vivido no RS, é importante não apenas conter gastos, mas analisar a arrecadação. Durante o ato, as entidades lembraram as irregularidades envolvendo os incentivos fiscais

concedidos no Estado do Rio de Janeiro, assim como a autorização do STF, dentro da Operação Lava Jato, para abertura de investigação envolvendo um caso de concessão fiscal no RS.

Para a vice-presidente da AJURIS, Vera Lúcia Deboni, a grande diversidade de entidades representa a importância do tema para as futuras gerações. A magistrada fez essa manifestação chamando a atenção para a presença de uma criança no ato, filho da presidente da Aprojus, Carmem Silveira Pasquali: “Ninguém combinou com ele, mas a força da vida faz esse simbolismo, e isso deputado Lara, o senhor precisa levar para Assembleia em nosso nome”, afirmou: “Em nome de um futuro que está sentado no nosso colo, no colo da política, e no colo do Estado do RS como um todo. Esse futuro tem um preço e ele se chama transparência”.

AJURIS

realiza mobilização contra o desmonte da Previdência e dos direitos trabalhistas



Porto Alegre



Encantado



Sobradinho



Getúlio Vargas



Lajeado



Taquara



Santa Maria



Venâncio Aires



Caxias do Sul

Por Joice Proença e Grasiela Duarte



Em mobilização que reuniu centenas de pessoas, a AJURIS, em conjunto com demais entidades da União Gaúcha e da Frentas-RS, promoveu, em abril ato público Contra o desmonte da previdência e dos direitos trabalhistas, cujas reformas propostas pelo Governo Federal tramitam no Congresso Nacional.

No mês de maio, em razão da gravidade de denúncias de corrupção envolvendo a política nacional, a AJURIS passou a defender o fim da tramitação das reformas da Previdência e Trabalhista.

Na avaliação da AJURIS, diante de um cenário de profunda crise política nacional, na qual diversos políticos estão sendo denunciados por envolvimento em crimes de corrupção, e a ausência de confiança da nação brasileira nos governantes, não é aceitável que reformas tão drásticas e com efeitos nefastos na vida dos magistrados e da população, sejam apreciadas até que tudo seja apurado e devidamente esclarecido.

A posição da Associação foi externada no ato de abril, quando mobilizados contra os ataques aos direitos sociais, em caminhada, os magistrados saíram do Foro Central II de Porto Alegre, em direção ao ato unitário, realizado em frente ao Foro Trabalhista de Porto Alegre. Participaram das atividades o presidente Gilberto Schäfer, a vice-presidente Administrativa, Vera Lúcia Deboni; o vice-presidente de Patrimônio e Finanças, Flávio Mendes Rabello; e a vice-presidente Cultural, Rute dos Santos Rossato, dentre inúmeros magistrados e servidores.

Mobilizados contra os ataques aos direitos sociais, em caminhada, os magistrados saíram do Foro Central II de Porto Alegre, em direção ao ato unitário, realizado em frente ao Foro Trabalhista de Porto Alegre. Participaram das atividades o presidente Gilberto Schäfer, a vice-presidente Administrativa, Vera Lúcia Deboni; o vice-presidente de Patrimônio e Finanças, Flávio Mendes Rabello; e a vice-presidente Cultural, Rute dos Santos Rossato, dentre inúmeros magistrados e servidores.

O presidente da AJURIS e da União Gaúcha, Gilberto Schäfer, afirmou que a Magistratura do RS e as entidades da União Gaúcha, há muito tempo denunciam que a reforma proposta na PEC 287/2016 pretende criar um sistema previdenciário injusto. “Nós precisamos de um sistema que tutele, que proteja, e não de um sistema que esteja à serviço unicamente do capital financeiro”, frisou.

Para Schäfer, uma reforma constitucional precisa de um amplo debate público e de legitimidade. “Nós queremos a base da Constituição de 88, que é construir uma sociedade livre, justa e solidária. A luta é nossa!”, finalizou Schäfer.

Durante o ato, representantes das mais de 30 entidades que integraram a mobilização repudiaram as reformas previdenciária e trabalhista propostas pelo Governo Federal e apontaram o impacto na vida da população, caso a proposta seja aprovada.

Schäfer ainda reforçou a importância de os magistrados e da sociedade permanecerem mobilizados, pois sendo aprovada na Câmara, a matéria deve seguir para o Senado.



Baixe um aplicativo leitor de QR Code na Apple Store ou Google Play. Posicione o celular sobre essa imagem e assista ao pronunciamento do presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer.

<https://youtu.be/DruPqz1UJfo>

Atos no interior

A mobilização contra as reformas da previdência e trabalhista também ocorreu em diversas Comarcas do Estado como, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Encantado, Esteio, Getúlio Vargas, Lajeado, Santa Maria, Taquara, Tenente Portela. Na Capital faixas foram colocadas nos Foros.



Schafer (c), Martinewski e Aymoré conversam com deputado Marun

Atuação em defesa de direitos

Em defesa da previdência social e pública a AJURIS atua ao longo dos anos e das gestões para barrar retrocessos. Diante de uma nova investida, em 2016, quando foi protocolada a PEC 287, a Associação instituiu o Departamento de Assuntos Previdenciários, dirigido pelo desembargador Aymoré Roque Pottes de Mello e integrado pelos magistrados Eduardo Uhlein, Cláudio Luís Martinewski, Gustavo Borsa Antonello e Cristiano de Azeredo Machado.

Analisando o relatório apresentado na Comissão Especial em 19 de abril, as erratas e as manifestações do Governo, os magistrados definiram posicionamentos e realizaram articulações contra a reforma apresentada. O presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer, colocou os conhecimentos à disposição da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e reforçou a defesa de uma atuação conjunta para assegurar uma legislação previdenciária que garanta direitos. “Temos um compromisso com a constitucionalidade e a manutenção da segurança da carreira. A reforma proposta resultará em supressão de direitos fundamentais dos trabalhadores e servidores, com urgência questionável, o que inviabiliza o am-

plô e necessário debate com a sociedade”. Esse posicionamento e outras considerações foram levadas ao então presidente da Comissão Especial, deputado Carlos Marun (PMDB/MS).

A diretoria da AJURIS também tratou do tema nas Coordenadorias, reuniu-se com deputados federais, entre eles Mauro Pereira, Pepe Vargas, Onyx Lorenzoni, Heitor Schuch, o senador Paulo Paim e o presidente da Assembleia Legislativa, Edegar Pretto; participou de atos públicos, como o da Frentas, em Brasília, promoveu seminário interno para esclarecer a classe, entre outras ações. E o presidente Schäfer esteve presente à última audiência pública da Comissão Especial, no dia 30 de março, quando o ministro Henrique Meirelles foi ouvido. “Estamos solidários aos trabalhadores, inclusive rurais, diante dessa proposta nefasta”, reiterou o líder dos juízes estaduais.

CPI do Senado investigará sonegação

O senador gaúcho Paulo Paim (PT) conseguiu protocolar pedido de criação da CPI da Previdência Social, com 63 assinaturas de colegas (27 signatários já seriam suficientes). “O objetivo é mostrar que há superávit, combater a fraude, combater a sonegação, com-

bater a corrupção. Vamos ver quem são os 500 maiores devedores e quanto devem. Vamos ver os poderosos deste país que são 3% e os maiores devedores”, projetou Paim em entrevista a Hérica Christian, da Rádio Senado.

Segundo ele, a CPI vai fazer uma radiografia dos números da Previdência, o que é desejado pela sociedade. “Ouço as pessoas dizerem que são favoráveis a uma CPI, pois não querem que a Previdência acabe. Queremos defender a Previdência, é de interesse do nosso povo, não é uma questão partidária ou ideológica”, disse Paim.

As 20

EMPRESAS QUE MAIS DEVEM PARA A PREVIDÊNCIA

VALORES EM MILHÕES DE REAIS



01	Varig	3.713 Bi
02	JBS	1.837 Bi
03	Vasp	1.683 Bi
04	Associação Educacional Luterana do Brasil	1.582 Bi
05	Banco Comercial Bancesa	1.418 Bi
06	Transbrasil Linhas Aéreas	1.219 Bi
07	Marfrig	811 Mi
08	Instituto Candango de Solidariedade	700 Mi
09	Instituto Presbiteriano Mackenzie	648 Mi
10	Águas e Esgotos do Piauí	585 Mi
11	Prefeitura Municipal de Guarulhos	564 Mi
12	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural	550 Mi
13	Prefeitura Municipal de São Paulo	549 Mi
14	Caixa Econômica Federal	549 Mi
15	Teka (em recuperação)	531 Mi
16	Dedini (em recuperação)	500 Mi
17	Gazeta Mercantil	484 Mi
18	Eucatur	480 Mi
19	Companhia de Saneamento Ambiental do Mar	475 Mi
20	Banco Bradesco	465 Mi

TOTAL: R\$ 19.343.000.000,00

Eventos destacam impacto na sociedade

A Associação promoveu dois eventos, para esclarecer associados e sociedade quanto aos impactos da reforma apresentada pelo Governo Federal.

A Presidência da AJURIS juntamente com o Departamento de Assuntos Previdenciários realizou um evento, no dia 24 de março, em que se destacou a importância de mobilização da classe. Naquele momento, o Governo havia noticiado que iria retirar servidores estaduais e municipais. A proposta foi avaliada, do ponto de vista político, como uma clara intenção de desmobilizar, e do ponto de vista jurídico uma falácia, já que não teria consistência jurídica, o que mais tarde acabou se confirmando.

O presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer foi enfático: "O argumento da Federação é falacioso. Evidentemente que há um espaço de norma complementar lato sensu em nível estadual, mas os regimes previdenciários têm que conversar entre si. A União vai fazer regras mínimas para todos e as regras gerais para todos".

O diretor do Departamento de Assuntos Previdenciários, Aymoré Roque Pottes de Mello, pontuou que a estratégia adotada pelo Governo constituiu estelionato, pois serve apenas para dividir os servidores, para desmobilizar. O assunto também motivou a realização do debate Direitos Humanos & Previdência, em 11 de abril. Com o objetivo de esclarecer sobre os impactos da proposta de reforma da Previdência em relação aos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal participaram o senador Paulo Paim e a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Jane Berwanger. O subdiretor do Departamento de Assuntos Previdenciários da AJURIS, desembargador Eduardo Uhllein, participou como debatedor.

O senador Paulo Paim analisou que na política se perdeu a visão desse lado humanitário. "Nesse momento temos que fazer o que estamos fazendo, porque tiveram (Governo) que recuar na reforma da Previdência, mas não disseram como vai ser. Nós vamos fazer de tudo para enterrar essa reforma".

Jane Berwanger, destacou que há uma enxurrada de desinformação. "Jogam nas costas da Previdência um proble-



AJURIS promoveu debate sobre o tema

“Jogam nas costas da Previdência um problema que é da economia.”

*- Jane Berwanger,
presidente do IBDP*

ma que é da economia”. A advogada citou que a proposta “não é uma reforma, é o fim da Previdência. Que país é esse que não pode garantir o mínimo de proteção pensada pelo constituinte?”, questionou.

A presidente do IBDP apresentou, ainda, dados que evidenciam os diversos aspectos prejudiciais da proposta em relação às mulheres, os trabalhadores rurais, além das aposentadorias por invalidez e regras de pensionamento.

O subdiretor do Departamento de Assuntos Previdenciários, desembargador Eduardo Uhlein, destacou que a AJURIS desde que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287 foi apresentada mantém reuniões semanais do departamento, avaliando, discutindo, inclusive, as estratégias de resistência.



Paulo Paim (E), Eduardo Uhlein (C) e Jane Berwanger



Baixe um aplicativo leitor de QR Code na Apple Store ou Google Play. Posicione o celular sobre essa imagem e ouça áudio do debate Direitos Humanos & Previdência.

<http://www.ajuris.org.br/sitenovo/wp-content/uploads/2017/04/2017-11-04-EVENTO-PREVIDENCIA.mp3>

*Com colaboração de Carlos Souza



Lei que institui depoimento especial é sancionada

Após quase uma década de debates foi sancionada, em abril, a lei 13.431/2017 que institui no país a política que previne a violência contra menores e estabelece medidas de proteção e procedimentos para tomada de depoimentos, que reduz o dano às crianças e adolescentes, contribuindo assim com a produção de provas.

Aprovada no fim de março pelo Senado Federal, a Lei do Depoimento Especial foi sancionada pelo presidente Michel Temer durante a abertura do Fórum Global da Criança na América do Sul, realizado em São Paulo, e marca a expansão para todo o Brasil de uma metodologia que já está em vigor há 13 anos no Rio Grande do Sul.

O desembargador José Antônio Daltoé Cezar, um dos idealizadores do projeto Depoimento Sem Dano, que deu origem a metodologia do Depoimento Especial, saudou a sanção da lei. O magistrado, que também colaborou com

a redação do projeto de autoria da deputada federal Maria do Rosário (PT/RS), afirma que: “É muito positivo, porque é uma luta de muitos anos e é uma prática que onde está sendo realizada mostra muitos bons resultados em relação à proteção da vítima”.

O juiz de Direito, Fábio Vieira Heerdt, quando da aprovação no Senado, destacou que representa um avanço civilizatório muito grande em relação a proteção de crianças e adolescentes. Mas ao mesmo tempo, pontua que a lei estabelece um desafio, pois as medidas devem interferir na atividade do Judiciário que terá que disponibilizar as salas, capacitação e mobilizar os demais agentes da rede.

A legislação estabelece o prazo de um ano para que sejam realizadas as adequações necessárias em relação à infraestrutura e pessoal capacitado para o colhimento de depoimentos de acordo com o método.

Depoimento Especial

A nova lei também resguarda o direito da vítima de não ter contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado de violência, ameaça ou constrangimento. A norma determina, ainda, que durante as oitivas, crianças ou adolescentes vitimados sejam acompanhados por profissionais especializados e seja criado um atendimento telefônico para denúncias de abuso e de exploração sexual e de serviços de referência multidisciplinar no Sistema Único de Saúde (SUS) para atenção a crianças e adolescente em situação de violência sexual.

No Rio Grande do Sul, o Judiciário contempla a metodologia dentro do projeto Depoimento Sem Dano que até o final do ano deve chegar a 50% das Comarcas do Estado, totalizando 72 salas.

Escola da AJURIS registra resultados positivos



A Direção da Escola da AJURIS apresentou ao Conselho Executivo o relatório de 2016, em que se registrou crescimento de 66% nas receitas, de 29% nas despesas, com superávit de 404% de 2015 para 2016, em razão da reorganização do modelo de atuação da instituição. “A Escola passou por um processo longo de transformação e agora é um prazer apresentar o resultado de 2016 e o plano de ação para 2017”, destacou o diretor da Escola, Cláudio Luís Martinewski. O magistrado participou da reunião acompanhado da vice-diretora, Rosana Broglio Garbin, e da coordenadora da Escola, Helena Scheuermann.

Dentre as mudanças destaca-se a implantação de sistema informatizado customizado para gerenciamento de cursos, possibilitando maior segurança e agilidade nas informações e beneficiando também o fluxo de caixa. Viabilidade de emissão de Nota Fiscal para alunos, prestadores de serviços, enti-

dades municipais, estaduais e federais, o que credencia a Escola, inclusive, para participar de processos licitatórios.

Os resultados foram saudados pelos conselheiros. Em 2014 e 2015 a Escola passou por uma reestruturação estrutural em razão de necessidades de mercado que inviabilizaram a continuidade do Curso de Preparação à Magistratura (CPM). Naquele momento se reduziu o quadro de funcionários e o número de cursos ofertados.

Após a reorganização, a Escola retomou a realização de cursos preparatórios e temáticos. Somente neste início de ano, a Escola já realizou treze cursos, dentre eles o Curso Regular de Preparação à Magistratura (AprovAJURIS), nas modalidades presencial e a distância. Na programação também constam cursos temáticos como da área de perícias, de português, sobre o Novo Código de Processo Civil, de mediação e de Justiça Restaurativa.

Estão em fase de planejamento outros 24 cursos dentre eles sobre direito empresarial, direito do consumidor, direito imobiliário e mediação.

Além disso, em convênio com o TJ, a Escola realiza o Curso de Atualização para Magistrados, que este ano tem dez edições.

A Escola ainda mantém 25 Núcleos de Estudos sobre diferentes temas que reúnem profissionais de diferentes áreas e são de participação voluntária.

Núcleo de Mediação da Escola da AJURIS comemora 15 anos

O procurador do Estado do Rio Grande do Sul, José Luis Bolzan de Moraes, realizou a palestra “Desafios da Mediação no Século XXI” em homenagem aos 15 anos do Núcleo de Estudos de Mediação.

O procurador, fundador do Núcleo, apresentou uma retrospectiva das discussões realizadas ao longo dos anos. Moraes projetou o futuro a partir da experiência atual, considerando a entrada em vigor da Lei Brasileira de Mediação (Lei nº 13.140/2015) e do novo Código de Processo Civil. O tema também foi tratado a partir de um olhar crítico acerca da utilização da mediação como mecanismo de gestão de crise da funcionalidade do Sistema de Justiça.

A celebração dos 15 anos será realizada ao longo de 2017, com o objetivo de divulgar a mediação, suas perspectivas e desafios. “Além de nossos encontros de estudo e dos Grupos de Trabalho, também iremos promover o Ciclo de Palestras, bem como oficinas e cursos. Está prevista, ainda, a publicação de uma obra coletiva sobre Mediação”, explica a coordenadora do Núcleo, desembargadora Genacéia da Silva Alberton.

O Núcleo foi fundado em 2002 e tem o objetivo de aprofundar o estudo, pesquisa e a reflexão crítica na área da Mediação, com produção de contribuições teóricas e desenvolvimento de projetos com repercussão social. Além das reuniões mensais, o Núcleo de Es-

tudos de Mediação conta com Grupos de Trabalho (GTs) que desenvolvem projetos nas seguintes áreas: Comunicação; Eventos; Relações Institucionais, Ação Comunitária, Mediação Familiar, Mediação Penal e Legislação.

JEC da Escola da AJURIS completa 18 anos proporcionando experiência teórica e prática

Proporcionar experiência teórica e prática é o objetivo da Escola da AJURIS, que em parceria com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, realiza a Capacitação ao Juizado Especial Cível – Teoria e Prática (JEC I) e o curso de Atuação e Aperfeiçoamento – Atividade Jurídica (JEC II). As atividades são desenvolvidas no Posto adjunto ao 5º Juizado Especial Cível de Porto Alegre, localizado na Sede da Escola e inaugurado há 18 anos, em 17 de março de 1999.

Na unidade, alunos dos cursos JEC I e II atuam como conciliadores e juízes leigos, realizando audiências de conciliação, instrução e julgamento, elaborando pareceres sob a supervisão da coordenadora do Posto da Escola da AJURIS e professora, Maria Augusta



Fotos: NEM

Costa Cabral Dall'Agnol. “O nosso Posto é um posto escola, que tem como objetivo principal proporcionar aos alunos experiência nas audiências e a prática de sentença. Diferente de outros locais, aqui na Escola apenas os alunos atuam como conciliadores/juízes leigos, formulando pareceres que são revisados pelo professor”, explica a coordenadora.

O diretor da Escola, Cláudio Luís Martiniowski, destaca que o posto se firmou ao longo dos anos como referência tanto pela qualificação de professores, quanto pelo desempenho dos alunos. Ambos os cursos são realizados duas vezes por ano – uma vez a cada se-

mestre – aliando teoria e prática, e são desenvolvidos na modalidade ensino à distância (EAD). A Capacitação ao Juizado Especial Cível – Teoria e Prática (JEC I), conta com conteúdo teórico disponibilizado na plataforma Moodle, além de quatro aulas interativas e duas aulas presenciais. Após as aulas teóricas iniciais, os alunos passam a presidir audiências de conciliação, instrução e a elaborar pareceres no Posto da Escola. Já o curso de Atuação e Aperfeiçoamento – Atividade Jurídica (JEC II), que pode ser realizado por aqueles que já participaram do JEC I, conta com duas aulas interativas e a realização de audiências pelos participantes desde o início.

As audiências acontecem às terças e quintas-feiras à tarde. Também, os cursos fornecem aos interessados atestado de atividade jurídica – exigido para concurso de ingresso na Magistratura. “É possível que o aluno realize o JEC II quantas vezes quiser para mais experiência com a prática de sentença e para acumular mais horas de atividade jurídica”, explica Maria Augusta Dall'Agnol. Os Juizados Especiais foram criados no Rio Grande do Sul em 1982 com o objetivo de arbitrar gratuitamente em pequenas causas. São divididos em Juizados Especiais Cíveis e Juizados Criminais, que podem julgar pedidos de reparação de danos de até 40 salários mínimos e delitos de pouca gravidade, respectivamente. “O JEC é sinônimo de simplicidade, economia processual, informalidade e oralidade. Foi instituído para que o cidadão comum possa, mesmo sem advogado, acessar o Judiciário de forma mais simples, rápida e efetiva”, esclarece a coordenadora do Posto JEC da Escola da AJURIS.



MAIS INFORMAÇÕES SOBRE CURSOS E EVENTOS DA ESCOLA DA AJURIS PODEM SER CONSULTADAS NO SITE:

www.escoladaajuris.org.br, por telefone 51 3284 9000 ou na sede – Rua Celeste Gobbato, 229 – bairro Praia de Belas, Porto Alegre.



Congresso Congresso Estadual destaca o papel do magistrado



Nos dias 28 e 29 de setembro, Bento Gonçalves será sede do tradicional evento da Magistratura gaúcha.

Com o tema “Entre redes e muros: juízes e seus labirintos”, a XII edição do Congresso Estadual de Magistrados propõe o debate sobre o papel do magistrado no cenário atual. A Comissão do Congresso aponta o enfrentamento das redes, em que o lixo digital, a violência inaudita, o tribunal das massas, a circulação da pós-verdade, a privacidade oprimida, a vertigem da aceleração, são desafios para a atuação da Magistratura. Além disso, se apresentam como muros, a serem superados: a desigualdade, os excluídos, a exasperação da disputa política, a fragmentação ideológica, o perigo das ruas, a cultura do medo. Nesses labirintos, quais os caminhos da Magistratura?

“Queremos juntos sondar esse horizonte que circunda a atividade jurisdicional, debater o abismo entre a velocidade dos fatos sociais e os mecanismos judiciais”, ressalta Rosana Garbin, coordenadora da Comissão Científica. É importante que os colegas já pensem em temas para as teses a fim de apontar esses caminhos, complementa.

A coordenadora da Comissão Organizadora, Vera Deboni, vice-presidente Administrativa, adianta que além da parte científica, a programação cultural e social terá atrações para integrar os associados, promovendo um grande congra-

çamento da classe. “Uma das atrações será a apresentação da banda Judges”.

O evento, que será realizado nos dias 28 e 29 de setembro, em Bento Gonçalves, está com inscrições abertas.

Programação científica

A programação científica da XII edição do Congresso Estadual de Magistrados terá participação de palestrantes que são referência na abordagem de temas da sociedade e da Magistratura na atualidade. No dia 28 de setembro, quinta-feira, será realizado o painel “Muros e pontes no horizonte dos Juízes”. Estão confirmadas a participação de José Reinaldo de Lima Lopes, mestre e doutor em Direito, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP); de Jessé de Souza, mestre e doutor em Sociologia, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e de Andréa Maciel Pachá, juíza de Direito do Rio de Janeiro.

Na sexta-feira, 29 de setembro, será a vez de Leandro Karnal, professor e doutor na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que fará uma apresentação a partir do tema geral do Congresso “Entre redes e muros: os juízes e seus labirintos”.

O Congresso, que é presidido pelo presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer, conta com a seguinte Comissão Organizadora: Vera Lúcia Deboni, Flávio Mendes Rabello, Rute dos Santos Rosato, Max Akira Senda de Brito e Geneci Ribeiro de Campos. A Comissão Científica é integrada por: Cláudio Luís Martinewski, Jayme Weingartner Neto, Marcel Andreatta de Miranda, Roberto Ludwig e Rosana Broglio Garbin.

O evento será realizado em Bento Gonçalves no Dallonder Grande Hotel, que está localizado próximo a restaurantes, centros de compras e à região central da cidade.

Para estimular a participação dos associados, a Comissão Organizadora definiu a realização de sorteio de pacote incluindo inscrição e hospedagem pelas Coordenadorias, para aposentados e para pensionistas.

Mais informações na Central de Eventos pelos telefones: 51 3284 9126/9119/9140. Inscrições e informações:

www.ajuris.org.br



Associados celebram Dia das Mães

O tradicional almoço de Dias das Mães foi realizado na Sede Campestre dia 14 de maio. Associados e familiares reuniram-se para um dia de celebração.

Além de uma refeição pensada carinhosamente para as famílias também foram disponibilizados brinquedos infláveis para as crianças e uma atração musical para tornar o momento ainda mais agradável.

Festa de Páscoa é realizada Sede Campestre

A Festa de Páscoa da AJURIS reuniu associados no dia 9 de abril na Sede Campestre. O evento, mesmo com o tempo nublado, contou com mais de 60 pessoas, entre adultos e crianças, que saborearam o almoço especial e se divertiram com as brincadeiras preparadas pela Central de Eventos. Para as crianças, o Coelho da Páscoa distribuiu presentes. Foram servidos lanches como cachorro quente, docinhos e bolo. A animação se estendeu pela tarde com as crianças se divertindo nos brinquedos e participando das atividades de pintura.

Animação e descontração marcam Boteco Surpresa

A primeira edição do Boteco da AJURIS em 2017 reuniu mais de 40 pessoas no Boteco Surpresa realizado em 25 de abril, no Terraço da Associação. A decoração com artigos de bailes de máscaras contribuiu para tornar o momento de confraternização animado e descontraído.

A Direção da AJURIS e da Escola, magistrados que participaram do Curso de Atualização para Magistrados e demais associados se reuniram para o momento de descontração.

Magistrado lança livro sobre segurança

O juiz de Direito Luciano Losekann lançou nesta quinta-feira (11/5) o livro Medidas de Segurança e Periculosidade. A obra de autoria de Losekann com o advogado José Elias Gabriel Neto está disponível para venda pela Livraria Fabris. Magistrados, advogados, familiares e amigos dos autores também prestigiam a sessão.

O livro investiga as intersecções entre direito e medicina na disputa pelo conceito de periculosidade. Embora esse conceito tenha sido forjado no século XIX, atualmente ainda influencia decisões dos operadores do direito e profissionais da área da saúde encarregados de lidar com o portador de transtorno mental em conflito com a lei.

AGENDE-SE

29 de Junho - Palácio da Justiça
Coquetel de Aniversário do Departamento de Pensionistas

3 de Julho - Terraço da Sede da AJURIS
Boteco Queijos e Vinhos

18 de Agosto - Salão São José do Plaza São Rafael
Baile de Aniversário da AJURIS



Mês da mulher: Mudanças culturais são fundamentais para garantir direitos



Música, dança e exposição integraram programação

Consciente da importância de debater as questões de gênero e da necessidade de mudanças culturais para garantir os direitos das mulheres, a Ajuris promoveu durante todo mês de março o evento “Lugar de mulher é onde ela quiser”.

A vice-presidente Cultural, Rute dos Santos Rossato, destacou na abertura das atividades, que aproveitando o Dia Internacional da Mulher, o momento é de pensar e discutir o papel da mulher na sociedade. “Nossa forma

de atuação é de fazer um conagraçamento, buscando o diálogo com a sociedade. Isso nos fortalece como entidades, como cidadãos e de continuar prestando um serviço social”.

Ao som de tambores e batuques da Alabê Ôni, a abertura das atividades, realizada em 8 de março - dia internacional das mulheres - trouxe para a Pinacoteca da Ajuris a exposição da Nectarina - Bordados Subversivos que, ao longo de todo mês, propôs reflexões sobre o feminismo e os padrões

de gênero. O encerramento teve trilha sonora da banda Expresso Livre.

Mulheres x Preconceito

A temática teve sequência com os debates do painel Mulheres x Preconceito, realizado no dia 9 de março, no qual a história de quatro mulheres: uma negra, outra fora dos “padrões estéticos”, uma mulher negra e transexual e uma

advogada feminista se encontraram para dizer - mais uma vez - um basta às discriminações.

Ao longo do painel Maria Conceição Fontoura (ONG Maria Mulher), Adriana Souza (Secretaria dos Direitos Humanos do RS), a youtuber e escritora Ana De Cesaro e a advogada Denise Dora, com mediação da Diretora Cultural, Marcia Kern, destacaram as dificuldades impostas pela invisibilidade das causas que militam - como o combate ao racismo e a transfobia-, e a importância das instituições e movimentos sociais estarem em aliança. "Sem isso corremos o risco de reproduzir na sociedade brasileira contemporânea questões medievais", afirmou Denise Dora.

Desaprincesamento

A necessidade de mudança cultural para promover as alterações necessárias em prol de uma educação não sexista e sem preconceitos também pautou o painel Desaprincesamento, realizado no dia 16 de março. A psiquiatra Nina Furtado e a professora do Instituto de Astronomia da UFRGS Daniela Pavani questionaram como os estereótipos de gênero impostos pela sociedade afetam a vida das mulheres.

Conforme as palestrantes, as histórias dos contos de fadas, onde a princesa é salva por um príncipe e vive feliz para sempre, produz consequências na formação de meninas e mulheres. "Toda essa cultura sutil vai sendo incutida", sinaliza Nina Furtado. Aspecto reforçado por Daniela Pavani: "Isso passa por mudanças na família e na escola,



Painelistas destacaram importância de efetividade de políticas públicas

mas também pela pressão social. É necessário refletir e quebrar o senso comum". O painel foi mediado pela magistrada Leila Torelly Fraga.

Empoderamento

O encerramento teve o tom de fomentar o rompimento dessas amarras. Com a participação da desembargadora aposentada Elaine Harzheim Macedo, a juíza de Direito Madgéli Frantz Machado, a professora de Psicologia da UFRGS e PhD em Psicologia Social e Institucional, Raquel Silveira, com

mediação da vice-presidente, Vera Deboni, o painel mesclou análises sobre educação, comportamento, legislação, e muita reflexão sobre o papel da mulher também como estimuladora das mudanças na sociedade.

As painelistas destacaram a importância de políticas públicas que deem respaldo para essas transformações e destacaram como o empoderamento feminino produz reflexos no enfrentamento à violência de gênero e na percepção de mundo das mulheres: "Juntas somos mais fortes, mas precisamos falar mais para os homens sobre essa transformação", pontuou Elaine Macedo.



Dificuldades impostas pelos preconceitos pautaram debate

Equipes se preparam para os VIII Jogos Nacionais



Associações realizam primeira Liga Integração de Tênis.

● ● ●

O departamento de esportes da AJURIS realiza desde março treinamentos das equipes que participarão dos VIII Jogos Nacionais da Magistratura, que acontecem entre 25 e 29 de outubro de 2017, em Fortaleza. Os interessados em integrar o time da Associação podem se inscrever nas seguintes modalidades:

• **Futsal e vôlei de quadra**
(masculino e feminino)

• **Vôlei de praia**
(masculino e feminino)

• **Futevôlei**
(masculino)

• **Basquete**
(Masculino)

• **Tênis de mesa, xadrez, sinuca, tiro esportivo, pebolim**

• **Corridas: 100m, 200m, 400m, 800m, 1500m e 4x100**
(masculino e feminino)

• **Rústica 5.000m e 10.000m**
(masculino e feminino)

• **Natação: 50m, 100m (livre), 100m**
(costas, borboleta, peito e revezamento)

As modalidades natação e corrida são divididas em quatro faixas etárias: livre, 40 anos, 50 anos e 60 anos, sendo que cônjuges e companheiro(a)s de associados podem participar. Já no vôlei de quadra e de praia, também é aberta a inscrição para filhos de associados. “Precisamos nos preparar para buscar o hexa”, destaca o diretor do Departamento Desportivo da AJURIS, José Antônio de Azambuja Flores.

Informações sobre valores do pacote completo (tarifas de hotéis e aéreo) podem ser consultadas na Central de Eventos da AJURIS através do e-mail centraldeeventos@ajuris.org.br ou pelos telefones (51)3284-9126 (ou nos ramais 9119 e 9140).

Futebol e Tênis realizam Torneio Integração

A Liga Integração Esportiva das Associações Ligadas à Justiça, o conhecido

Torneio Integração, realiza em 2017 a tradicional competição de futebol e o inédito torneio de tênis. Os jogos são realizados, desde março, na Sede Campestre da AJURIS uma vez por mês.

Nesta edição, a competição de Futebol ganhou o nome de Liga Esportiva Integração - Copa 70 anos da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/RS). A organização está a cargo da OAB/RS, que a promove por meio da CAA/RS. O Torneio Integração tem como finalidade promover a integração dos operadores do Direito, incentivando a prática de esportes e a melhoria da qualidade de vida dos Associados. A classificação será por pontos.

Além da AJURIS, participam do campeonato a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMPRS), a Associação dos Defensores Públicos do Estado (ADPERGS), a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF), a Associação dos

Delegados de Polícia do RS (ASDEP), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional RS (OAB/RS), a Associação dos Juizes Federais do Estado (AJUFERGS) e a Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre (APMPA).

Tênis

Os atletas de Tênis realizam em 2017 a 1ª edição da Liga de Integração. O torneio, inédito na programação esportiva da Associação, tem como objetivo integrar os tenistas das associações participantes, proporcionar uma competição esportiva com qualidade técnica e divulgar e difundir o esporte.

Além da AJURIS, participam do Torneio a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), a Associação dos Delegados de Polícia do RS (ASDEP) e a Associação dos De-

fensores Públicos do RS (ADPERGS). A Liga é administrada pela Comissão Organizadora, composta por um integrante de cada Associação participante.

Formado por cinco categorias, o Torneio de Tênis terá seis rodadas, que acontecem preferencialmente na quadra de saibro da Sede Campestre. No caso de chuva, será utilizada a quadra de piso coberta da AMP/RS. Os jogos são realizados uma vez por mês.

O sistema de disputa entre os participantes será de confronto de uma Associação contra a outra, realizado em uma única data, com partidas disputadas em todas as categorias. As Associações participantes se enfrentarão no método todas contra todas, em turno e retorno. A classificação final será determinada pela maior pontuação obtida ao final dos confrontos entre as Associações participantes, pelo somatório de pontos obtidos por cada uma em todas as categorias.



Torneios incentivam prática de esportes.

Futebol máster

O time da AJURIS foi vice-campeão do XXIV Campeonato Nacional de Futebol Máster organizado pela AMB, em parceria com a Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmego). Pela oitava vez, a delegação mineira conquistou o primeiro lugar. A Associação Matogrossense de Magistrados (Amam) ficou em terceiro lugar na competição.

Realizado entre os dias 7 e 10 de junho, em Goiânia, a competição reuniu cerca de 300 magistrados em 17 delegações.

Jantar dos Aposentados da AJURIS é marcado por muitas homenagens

O salão da Sociedade Germânia ficou lotado durante o tradicional Jantar dos Aposentados da AJURIS, que homenageou aqueles que dedicaram suas vidas à Magistratura. O presidente Gilberto Schäfer, os vice-presidentes Vera Deboni e Max Akira Senda de Brito, e o diretor do Departamento de Aposentados, Angelo Maraninchi Giannakos, saudaram os homenageados.

Em um ambiente de alegria e confraternização, a Direção da AJURIS fez a entrega do Alfinete do Jubilado, láurea concedida pela Associação em reconhecimento ao trabalho dos magistrados que se aposentam. Um dos diferenciais da homenagem é a entrega da honraria àqueles que se aposentaram antes da instituição do Alfinete do Jubilado, que leva o nome do associado Luiz Gaspar Beck da Silva, falecido em 2014, e que teve sua história marcada pela dedicação ao Departamento dos Aposentados.

O ex-presidente da AJURIS e do Tribunal de Justiça do RS (TJRS), José Aquino Flôres de Camargo, que se aposentou este ano, falou em nome dos 13 homenageados da noite. O magistrado destacou a importância da homenagem e o papel da Associação, como um espaço de convivência: "A AJURIS será até nossos últimos dias essa coisa perene, a nossa ligação com o nosso passado e o nosso futuro".

HOMENAGEADOS:

- **Des. José Aquino Flôres de Camargo**, aposentado em 2017;
- **Des. Saulo Brum Leal**, aposentado em 2001;
- **Des. Eládio Luiz da Silva Lecey**, aposentado em 1997;
- **Dr. José Antônio Azambuja Flores**, aposentado em 1995;
- **Dr. Felipe Rauhen**, aposentado em 1992;
- **Dra. Analucia Albuquerque Paiva**, aposentada em 1992;
- **Des. Luiz Fernando Koch**, aposentado em 1991;
- **Des. Marco Aurélio C. Moreira de Oliveira**, aposentado em 1989;
- **Des. Demétrio Xavier Lopes Neto**, aposentado em 2001;
- **Des. Nilo Wolf**, aposentado em 2001;
- **Des. Nelson Oscar de Souza**, aposentado em 1997;
- **Des. José Ernesto Flesch Chaves**, aposentado em 1995;
- **Des. Mauro Régis de Menezes**, aposentado em 1992.

Durante o evento, a gerente geral da AJURIS, Fernanda Moura, também recebeu homenagem das mãos da vice-presidente Vera Deboni, em reconhecimento aos 30 anos de dedicação à Associação, completados em 25 de maio. Natural de Pelotas, Fernanda Moura é formada em Direito, e veio para Porto Alegre trabalhar na AJURIS por meio de convite do desembargador Eládio Luiz da Silva Lecey.



Des. José Aquino Flôres de Camargo



Des. Eládio Luiz da Silva Lecey



Dr. José Antônio Azambuja Flores



Des. Demétrio Xavier Lopes Neto



Des. Saulo Brum Leal



Dr. Felipe Rauen



Dra. Analucia Albuquerque Paiva



Des. Luiz Fernando Koch



Des. Marco Aurélio Costa Moreira de Oliveira



Des. Nilo Wolf



Des. Nelson Oscar de Souza



Des. José Ernesto Flesch Chaves



Des. Mauro Régis de Menezes

XII CONGRESSO ESTADUAL DE MAGISTRADOS

redes e muros
Entre **JUÍZES**
e seus
LABIRINTOS

28 a 30 SETEMBRO/2017

DALL'ONDER GRANDE HOTEL * BENTO GONÇALVES/RS

INFOS: (51) 3284 9126 - centraldeeventos@ajuris.org.br

Realização:
 **AJURIS**

Apoio:
 35

Patrocínio:
 **Banrisul**

 **SICREDI**
Gente que coopera cresce.